

DF-Invasão Derrubadas continuam

17 AGO 2006 JORNAL DE BRASÍLIA

MINERVINO JÚNIOR/CEDOC/3.8.2006

Jairo Viana

Os órgãos de fiscalização do Governo do Distrito federal estão preparando novo cronograma de demolição das cerca de 800 ocupações irregulares, entre as quais 400 casas, instaladas em Área de Proteção Permanente (APP) de Vicente Pires. Elas serão retomadas logo.

A confirmação é do subsecretário do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água), Antônio Magno. Ela foi feita depois que a juíza-substituta da 21ª Vara Federal, Raquel Chiarelli, negou, ontem, o pedido de liminar à Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips), para paralisar as demolições das ocupações irregulares.

A nova decisão judicial cassa a ordem do juiz Hamilton de Sá Dantas que suspendeu as demolições até que o Ibama apresentasse os argumentos sobre as causas das derrubadas. A Arvips entrou na Justiça Federal com pedido para que o Ibama interrompesse as demolições nas Colônias Agrícolas Vicente Pires, Samambaia e Vila São José, situadas entre Taguatinga e o Guará, até que fosse concluído o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) da área de 123 hectares.

Em sua decisão, a juíza considerou que parte dos moradores do local não cumpre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre os órgãos federais e do DF, que cuidam da questão e continuam a edificar obras na área

proibida, nem o convênio assinado com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

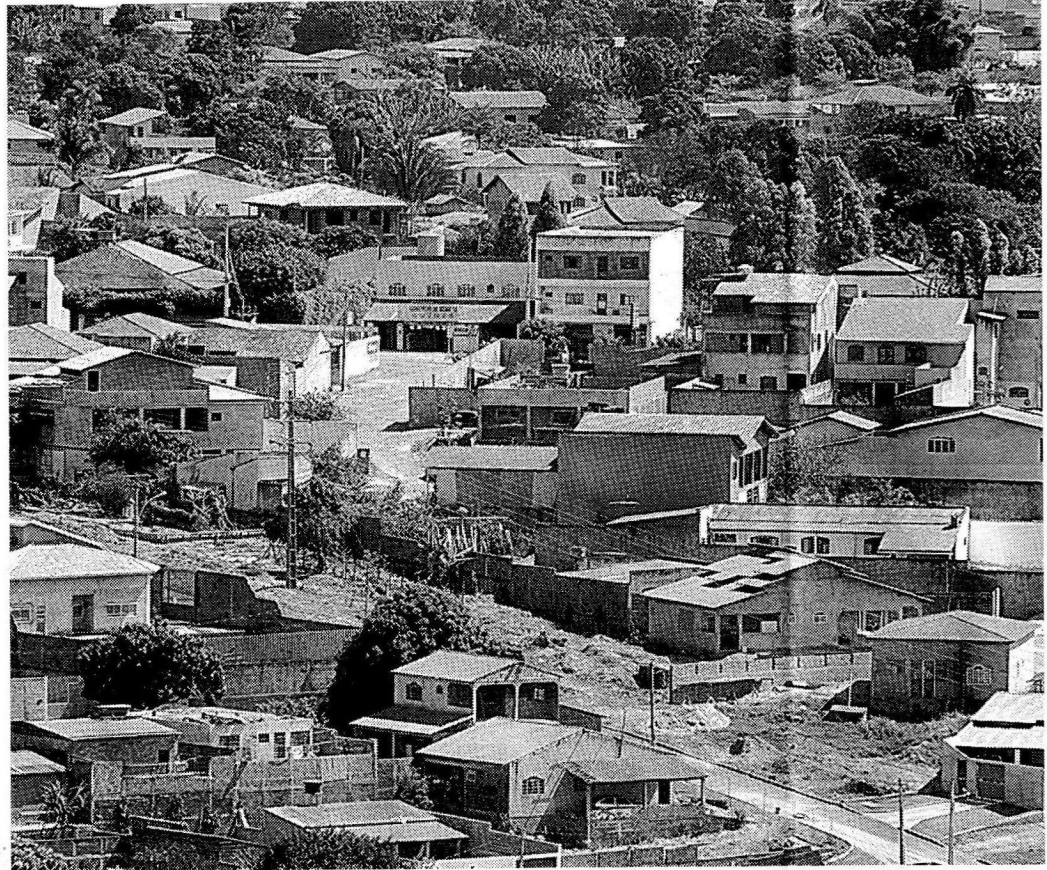
Ambos os documentos exigem a paralisação das obras nas APPs, até a conclusão dos estudos, com vistas à regularização da área. Raquel Chiarelli constata, ainda, que a Arvips não demonstrou qualquer abuso por parte do Ibama ao recomendar a demolição das ocupações.

Com a medida, cessam os riscos do TAC ser executado a pedido do Ministério Público Federal (MPF). Impede, também, a suspensão das obras de instalação da rede de água tratada pela Caesb. O que possibilitará o fechamento dos poços e cisternas, que abastecem a população de cerca de 45 mil pessoas, que estão contaminados.

■ Plano

Técnicos da Gerência Regional da Secretaria do Patrimônio da União (GRPU), do Ibama, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Associação de Produtores Rurais (Asproeste) acertaram, ontem, os detalhes do plano de uso dos 3,5 mil hectares do Lago Oeste, que deverá estar concluído em dois meses.

O setor, em fase de regularização, situa-se na área rural de Sobradinho de propriedade da União, onde existem cerca de 4,5 mil chácaras produtivas. Ficou acertado que não será necessário a elaboração do EIA/Rima da área, que contará apenas com um termo de referência. Os estudos ambientais já existem e serão analisados pelo Ibama que, caso necessário, solici-



■ NOVO CRONOGRAMA ESTÁ SENDO PREPARADO PARA DEMOLIR AS 800 OCUPAÇÕES IRREGULARES

tará novos levantamentos da área.

O plano de uso foi dividido em seis etapas. A primeira será a demarcação; seguida de cadastramento dos cerca de 4,5 mil moradores; estudos ambientais; plano de uso; avaliação dos imóveis; e formas de transferência da titularidade.

Segundo o representante da GRPU, Paulo Fortes, a avaliação dos imóveis já foi concluída pela Caixa Econômica Federal e questionada na Justiça pelos moradores. Falta apenas a fixação de um valor a ser feita pelo Incra. As formas de transferência são as previstas na Lei 9636/98. O pla-

no de uso mantém os lotes com dois hectares (20 mil metros quadrados) ou mais.

■ Cadastro

Visando à regularização do local, estudantes do Instituto de Geociências da UnB começarão, neste sábado (19), a cadastrar os moradores das 4,5 mil chácaras do Lago Oeste para a GRPU. A central de atendimento funcionará na sede da Asproeste, localizada na Rua 8, pista da rodovia DF-001, entre o viaduto do Colorado e Brazlândia. Serão distribuídas 80 senhas por dia, das 9h às 17h. O encerramento está previsto

para o dia 1º de setembro.

Para se cadastrar, o morador deverá apresentar o documento de posse da área (termo de cessão), carteira de identidade dele e do cônjuge, certidão de casamento, declaração de rendimento e comprovante de residência. De acordo com o gerente da GRPU, Carlos Otávio Guedes, da Rua zero à 11, os moradores serão recadastrados e os da 11 à 21 farão o primeiro cadastro.



Leia mais no

clicabrasilia.com.br